

DIREITO À MEMÓRIA: O ARQUIVO COMUNITÁRIO DONA OROZINA VIEIRA

Thamires Ribeiro de Oliveira (Museu da Maré),
Ana Luce Girão Soares de Lima (Fundação Oswaldo Cruz)

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte da pesquisa desenvolvida por mim e orientada pela Profa. Ana Luce Girão, no âmbito do Programa de Pós-graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde (PPGPAT), da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. O objetivo principal da presente pesquisa é elaborar um instrumento que permita conhecer, preservar e dar acesso ao Arquivo Dona Orozina Vieira (ADOV) do Museu da Maré (MM). Trata-se de um conjunto de documentos gerados majoritariamente antes da criação do próprio museu constituído por diversos tipos documentais de distintas procedências. Nele encontram-se livros, trabalhos acadêmicos, jornais, fotografias, negativos, slides, mapas, plantas, materiais audiovisuais, documentos nato-digitais relativos aos eventos do Museu da Maré, além de documentos pessoais doados por moradores. Tem, portanto, exemplares múltiplos e únicos de origens variadas, sob a forma de originais e cópias.

A presente comunicação é fruto da primeira etapa da pesquisa. A partir da compreensão do histórico do ADOV e em articulação com as mais recentes teorias e conceitos do campo arquivístico, foi possível inserir o ADOV na categoria de arquivos comunitários. Segundo Flinn (2007):

Histórias comunitárias ou arquivos comunitários são as atividades de base de documentação, registro e exploração

do patrimônio comunitário nas quais a participação, o controle e a propriedade do projeto pela comunidade são essenciais. Esta atividade pode ou não acontecer em associação com organizações formais do patrimônio, mas o impulso e a direção devem vir de dentro da própria comunidade. (FLINN, 2007, p. 153, tradução nossa)²⁹³

Flinn, Stevens e Shepherd (2009, p.73), indicam que “[...] a característica que define os arquivos comunitários é a participação ativa de uma comunidade em documentar e tornar acessível a história de seu grupo específico e/ou a localidade em seus próprios termos”²⁹⁴.

O que podemos constatar a partir das definições anteriormente citadas sobre os “arquivos comunitários” é que elas são amplas, capazes de abarcar um conjunto diverso de iniciativas, tanto quanto os modos pelos quais elas desempenham suas atividades.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Histórico

O ADOV está localizado na Maré, região na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, instituída como bairro pela Lei Municipal nº2.119 de 19 de janeiro de 1994, composta por 16 comunidades, onde de acordo com dados do Instituto Pereira Passos (IPP), residia uma população de 129.770 mil pessoas (Censo de 2010)²⁹⁵. Território periférico, localizado às margens da Baía de Guanabara e posicionado entre a Linha Vermelha, a Linha Amarela e a Avenida Brasil, importantes vias de circulação da cidade.

O Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM) é a instituição gestora do MM, fundado no dia 15 de agosto de 1997, por um grupo de moradores e ex-moradores do local que, tendo chegado à universidade e militando no movimento social, se reuniram para desenvolver um trabalho sistemático de intervenção em sua realidade local, através de projetos vinculados à educação e à cultura (SILVA, 2006). Cientes de sua posição de

²⁹³ No texto original: *Community histories or community archives are the grassroots activities of documenting, recording and exploring community heritage in which community participation, control and ownership of the project is essential. This activity might or might not happen in association with formal heritage organisations but the impetus and direction should come from within the community itself.*

²⁹⁴ No texto original: *[...] the defining characteristic of community archives is the active participation of a community in documenting and making accessible the history of their particular group and/or locality on their own terms.*

²⁹⁵ Fonte IPP:

<<https://pcrj.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=9843cc37b0544b55bd5625e96411b0ee>> Último acesso em: 18/11/2020

exceção e de suas demandas de transpor a realidade “[...] a entidade foi constituída com o objetivo de ampliar as possibilidades de exercício da cidadania, por parte dos moradores locais, em particular as crianças e os jovens” (CEASM, 2003, p. 8).

Em seu início, a instituição trabalhava a partir do uso da metodologia de criação de redes socio pedagógicas²⁹⁶, com o intuito de articular grupos sociais comprometidos com o exercício da cidadania por parte dos moradores, além de colaborar na concepção de políticas públicas que melhorassem qualitativamente a vida dos moradores da cidade (SILVA, 2006). Desse modo, a ONG possuía diversos projetos organizados em três redes: educação, comunicação e cultura.

Pertencente à Rede Cultura, um desses projetos era a Rede Memória²⁹⁷, que tinha por objetivo “*preservar a história local e contribuir para a criação de uma identidade coletiva dos moradores*” (SILVA, 2006, p. 152).

O ADOV foi inaugurado pela Rede Memória no dia 27 de abril de 2002, com a finalidade de abrigar distintas fontes sobre a história da Maré. O nome Orozina Vieira foi dado em homenagem a uma das primeiras moradoras do Morro do Timbau (comunidade mais antiga da região), tida como mito fundador. Mulher negra que veio de Ubá, Minas Gerais, na década de 1940, foi rezadeira, benzeadeira e parteira.

Posteriormente, o CEASM estabeleceu uma parceria com a empresa Terminal 1 de Transporte Marítimo, o que permitiu a abertura de um novo núcleo no Morro do Timbau. Nomeado como Casa de Cultura da Maré, este espaço era voltado para os projetos culturais exercidos pela ONG.

O CEASM participou do primeiro edital do Programa Cultura Viva – Pontos de Cultura do Ministério da Cultura. Em 2004, ele foi selecionado com o projeto intitulado “Museu da Maré”. Pouco tempo depois, em 2005, com fundos provenientes do programa e o suporte técnico do então Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), teve início a construção do museu, que foi inaugurado no ano seguinte.

A Rede Memória, que funcionava no CEASM, foi transferida para o espaço da Casa de Cultura, juntamente com o ADOV. Em pouco tempo, as

²⁹⁶ A rede sócio-pedagógica proposta pelo CEASM buscava funcionar como um *nó* de uma *rede* que articulava grupos sociais locais comprometidos com a melhoria da qualidade de vida de seus moradores, de maneira plena (CEASM, 2003).

²⁹⁷ O trabalho da Rede Memória, do qual o ADOV é fruto, obteve reconhecimento nacional no ano de 2005, por receber o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, oferecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Tal premiação é concedida a pessoas ou instituições que desenvolvem ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro. O IPHAN selecionou sete iniciativas em todo o Brasil, tendo sido a Rede Memória premiada na categoria de *salvaguarda de bens de natureza imaterial*.

peessoas passaram a se referir a esse espaço como museu e, em menos de um ano, a Casa de Cultura e a Rede Memória “desapareceram”, dando lugar ao Museu da Maré com sua exposição de longa duração, seus projetos e o ADOV.

2.2 Acervo

Parte do material audiovisual vem sendo produzido desde os anos 80, sendo que alguns deles são entrevistas com moradores da Maré. Novas entrevistas têm sido realizadas com objetivo não só de produzir fontes sobre a história da Maré, mas atualizar os temas em discussão sobre o cotidiano da favela. Os trabalhos acadêmicos foram produzidos por moradores universitários e por pesquisadores externos ao bairro da Maré, que focalizam vários aspectos da realidade local. O acervo bibliográfico tem como foco a história e urbanização da cidade do Rio de Janeiro, a formação das favelas e a história da Maré. Referente aos documentos iconográficos Oliveira declara (2003):

O acervo de fotografias do ADOV ainda é predominantemente constituído por documentos de acervos públicos, instituições e pesquisadores de fora da Maré. As primeiras imagens foram aquelas obtidas nas pesquisas realizadas pela equipe da TV Maré: são fotos do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), pertencentes à coleção Augusto Malta; do Arquivo Nacional, a maioria delas do fundo Correio da Manhã; da Casa de Oswaldo Cruz; do arquivo da Caixa Econômica Federal; e fotos tiradas pelos pesquisadores Anthony Leeds - antropólogo que estudou a Maré na década de 60 – e João Mendes, fotógrafo do Projeto-Rio. Antônio Carlos conta que também recolheu algumas fotos que estavam se deteriorando na Associação de Moradores do Timbau na época em que a presidiu (OLIVEIRA, 2003, p. 75).

O fato de parte de seu acervo iconográfico ser composto por cópias de outros documentos pertencentes a outras instituições arquivísticas do Rio de Janeiro, demonstra que a originalidade reside não nos documentos, mas no recorte estabelecido e no número de material colhido (Chagas e Abreu, 2007).

Todos estes documentos encontram-se abertos à consulta. Até o presente momento, o público que acessa este acervo tem sido majoritariamente composto por moradores da região, professores e alunos das escolas públicas e privadas e de pesquisadores em geral.

2.3 O ADOV como um arquivo comunitário

Nas últimas décadas, com o advento de avanços tecnológicos e informacionais e da abertura de debates sobre a ausência ou o baixo número de determinados grupos marginalizados em espaços de poder, teóricos e pesquisadores da Arquivologia passaram a refletir sobre conceitos, métodos e práticas arquivísticas tradicionalmente empregados.

Na primeira década de 2000, o reconhecimento da atividade de arquivamento comunitário desenvolveu uma forte presença em algumas partes do mundo. O recolhimento de materiais considerados significativos para determinadas comunidades ou indivíduos, mesmo que não sujeitos à supervisão profissional de arquivistas ou que não sejam custodiados em instituições de memória, tem sido uma prática bastante comum. Em alguns países, tais como a Inglaterra, por exemplo, esta prática tem sido reconhecida e descrita por profissionais do campo arquivístico como "arquivamento comunitário". Em outros países, no entanto, tais atividades têm recebido pouco ou nenhum reconhecimento (GILLILAND; FLINN, 2013).

A dimensão comunitária dos arquivos e dos profissionais que nele atuam é um dos paradigmas na área arquivística dos últimos 150 anos. Segundo o arquivista canadense Terry Cook (2013), esses paradigmas passaram por quatro fases: do legado jurídico à memória cultural; do engajamento social para o arquivamento comunitário. Referente à quarta fase, o autor defende que ela é capaz de oferecer possibilidades de curar discursos disruptivos e por vezes conflituosos na profissão de arquivista.

Pesquisas realizadas por Menezes e Tenaglia (2021) apontam que o conceito de "Arquivo Comunitário" parece ser pouco trabalhado e difundido pela literatura arquivística brasileira. Segundo as autoras o termo pesquisado na língua inglesa possui maior amplitude em comparação com as pesquisas desenvolvidas com o termo em português.

Ao analisarem os pesquisadores que se debruçam sobre tal temática, Menezes e Tenaglia (2021) notaram uma predominância de artigos publicados na língua inglesa com foco na Inglaterra e nos Estados Unidos. Esses trabalhos produzidos foram publicados, em sua maioria, a partir dos anos 2000, o que indica que essa vertente é relativamente recente.

O conteúdo dos arquivos comunitários é uma discussão necessária para o desenvolvimento deste trabalho, sobre esta questão Flinn (2007) declara:

[...] de um modo geral os 'arquivos' nos arquivos comunitários incluem coleções de objetos materiais, registros de papel e digitais, materiais audiovisuais e testemunhos pessoais, todos criados ou coletados e mantidos dentro da comunidade. Essa definição pode gerar

algum debate sobre se essas coleções ‘criadas’ ou ‘artificiais’ são arquivos, mas o movimento escolheu, corretamente, creio eu, usar a definição mais ampla e inclusiva possível. Em particular fotografias, filmes, material oral e o pessoal efêmero de vidas individuais tudo contribui para trazer à vida indivíduos e comunidades que de outra forma ficariam sem vida ou sem cor no registro em papel. (FLINN, 2007, p. 153, tradução nossa).²⁹⁸

Entretanto, o autor destaca a importância de não nos distrairmos com a exatidão da definição, porque muitas vezes essas definições “[...] *podem confundir tanto quanto esclarecer e excluir tanto quanto incluir*” (FLINN, 2007, p. 153, tradução nossa).²⁹⁹

De acordo com Menezes e Tenaglia (2021):

A caracterização desses registros enquanto arquivo demanda que eles sejam analisados para além da perspectiva tradicional do conceito de documento arquivístico, exigindo que o seu contexto de produção e acumulação sejam centrais para a sua compreensão. (MENEZES; TENAGLIA, 2021, p. 91)

Desse modo, essas iniciativas demandam novos desafios ao campo da Arquivologia pois apontam a existência de mais de um produtor para um mesmo fundo documental e por muitas vezes serem compostas por tipos documentais não arquivísticos, que podem ser caracterizados enquanto materiais de bibliotecas e museus.

Menezes e Tenaglia (2021) indicam que possivelmente por essas razões os arquivos comunitários ainda sejam pouco estudados no Brasil pela Arquivologia, talvez pela sua difícil caracterização enquanto acervos arquivísticos. Uma outra realidade foi constatada por estas autoras após pesquisa realizada em base de dados acadêmicos com o termo na língua inglesa.

2.4 Procedimentos metodológicos

A metodologia empregada neste trabalho consiste na revisão bibliográfica a partir de literatura especializada do campo arquivístico, com

²⁹⁸ No texto original: [...] *broadly the ‘archives’ in community archives include collections of material objects, paper and digital records, audio-visual materials and personal testimonies, all created or collected and held within the community. This definition might engender some debate as to whether these ‘created’ or ‘artificial’ collections are archives, but the movement has chosen, correctly I believe, to use the broadest and most inclusive definitions possible. In particular photographs, film, oral material and the personal ephemera of individual lives all contribute to bringing to life individuals and communities that otherwise lie rather lifeless or without colour in the paper record.*

²⁹⁹ No texto original: [...] *can confuse as much as they clarify, and exclude as much as they include.*

foco na categoria de arquivos comunitários, além de pesquisa documental no próprio Arquivo Dona Orosina Viera do Museu da Maré.

Pretendo realizar entrevistas semiestruturadas com duas pessoas que atuam no ADOV para compreender seu processo de formação, suas mudanças e seu cotidiano.

Embora a categoria de arquivos comunitários possa ser caracterizada por abarcar uma ampla variedade de tipos de experiências, elas possuem similaridades. A maioria delas geralmente refletem os ideais fundadores e as motivações de alguns indivíduos considerados estratégicos, como explicam Flinn, Stevens e Shepherd (2009):

Eles são frequentemente assistidos por outros (voluntários, apoiadores, visitantes) das suas famílias e da comunidade em geral que o arquivo busca representar, mas a dedicação e dinamismo da organização muitas vezes tende a vir de um pequeno número de ativistas chave que encarnam a visão e os compromissos do arquivo (FLINN, STEVENS, SHEPHERD, 2009, p. 79, tradução nossa).³⁰⁰

Essa citação fundamenta a opção pelas pessoas escolhidas para as entrevistas. A primeira delas é Antônio Carlos Pinto Vieira, nascido na Maré no ano de 1965. Atuou na TV MARÉ e na Rede Memória e atua no CEASM e Museu da Maré. Formou-se em Direito pela UFRJ e, em 2008, concluiu o mestrado em Memória Social pela UNIRIO. Atualmente é colaborador do ADOV.

Minha outra entrevistada se chama Marli Damascena Matias dos Santos, nascida na Maré no ano de 1960. Tem o ensino médio completo concluído em 1978. Entrou na Rede Memória no ano de 2005 e atualmente é funcionária do ADOV, responsável pelo atendimento ao público e por receber e registrar os documentos nato digitais e as doações feitas pelos moradores.

Gabiola e Caswell (2017) em seu artigo tratam dos desafios metodológicos em se estudar arquivos comunitários. Elas serão fundamentais para este trabalho pois defendem que este tipo de pesquisa exige uma atenção mais profunda ao que tange seus contextos sociais culturais e políticos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da categoria dos arquivos comunitários pode ser considerado, neste trabalho, como uma tentativa de romper com a invisibilidade e a falta de

³⁰⁰ No texto original: *They are often assisted by others (volunteers, supporters, visitors) from within their families and the wider community that the archive seeks to represent, but the organisation's dedication and dynamism often tends to come from a small number of key activists who embody the vision and commitments of the archive.*

representatividade no campo do patrimônio cultural, vivida por determinados grupos marginalizados da sociedade brasileira.

Sobre a importância do trabalho desenvolvido por iniciativas deste tipo concordamos com a opinião de Flinn e Stevens (2009):

[...] o ato de recuperar, contar e então preservar a própria história não é meramente uma vaidade intelectual; nem pode ser descartado - como alguns ainda procuram fazer - como uma atividade de lazer levemente divertida com alguns resultados socialmente desejáveis. Em vez disso, o esforço de indivíduos e grupos para documentar sua história, particularmente se essa história geralmente vem sendo subordinada ou marginalizada, é político e subversivo. (Flinn e Stevens, 2009, p. 3-4, tradução nossa).³⁰¹

Esta temática é pouco explorada em nosso país, o que faz do ineditismo da pesquisa uma justificativa relevante para a sua realização. Esperamos que este trabalho se torne uma fonte de consulta para pesquisadores que pretendem categorizar iniciativas com práticas e características semelhantes.

O estudo do ADOV a partir da categoria de arquivo comunitário pode revelar aspectos referentes ao seu cotidiano social, às dificuldades e ao modo de pensar e agir da comunidade que o gerou, tornando mais aparentes suas relações políticas, negociações sociais exercidas e as redes estabelecidas.

O ADOV como um exemplo de iniciativa realizada dentro de um bairro que surge a partir da favela pretende, através de sua atuação, romper com uma série de estereótipos e representações negativas comumente associados a esses espaços, colaborando no combate à ignorância e o estigma que permeiam este tema.

Ainda pretendemos nos aprofundar na bibliografia referente a instrumentos de pesquisa para futuramente desenvolvermos uma ferramenta que nos possibilite conhecer, preservar e dar acesso ao acervo do ADOV.

REFERÊNCIAS

CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ (CEASM).
A Maré em dados: Censo 2000. Rio de Janeiro, 2003.

³⁰¹ No texto original: [...] *the act of recovering, telling and then preserving one's own history is not merely one of intellectual vanity; nor can it be dismissed—as some still seek to do—as a mildly diverting leisure activity with some socially desirable outcomes. Instead the endeavour by individuals and groups to document their history, particularly if that history has been generally subordinated or marginalized, is political and subversive. These 'recast' histories and their making challenge and seek to undermine both the distortions and omissions of orthodox historical narratives, as well as the archive and heritage collections that sustain them.*

CHAGAS, Mário; ABREU, Regina. **Museu da Favela da Maré: memórias e narrativas a favor da dignidade social.** *In Musas – Revista Brasileira de Museus e Museologia*, Vol.3. Rio de Janeiro: Iphan, 2007.

COOK, Terry. Evidence, memory, identity, and community: four shifting archival paradigms. *Archival science*, v. 13, n. 2, p. 95-120, 2013.

FLINN, Andrew. 2007. Community Histories, Community Archives: Some Opportunities and Challenges. *Journal of the Society of Archivists* 28 (2): 151–76.

FLINN, A; STEVENS, M. ‘It is noh mistri, wi mekin histori’. Telling our own story: independent and community archives in the UK, challenging and subverting the mainstream”. *In*: Bastian J, Alexander B (eds) **Community archives: the shaping of memory.** Facet, London, 2009. pp 3–27.

FLINN, Andrew; STEVENS, Mary; SHEPHERD, Elizabeth. Whose Memories, Whose Archives? Independent Community Archives, Autonomy, and the Mainstream. *Archival Science* 9. (2009): 71-86.

GABIOLA, Joyce; CASWELL, Michelle. ‘Are You a Spy?’: Methodological Challenges to Studying Community Archives. **Society of American Archivists Research Forum Proceedings**, 2017.

GILLILAND, Anne; FLINN, Andrew. Community archives: What are we really talking about. *In*: Retrieved from **CIRN Prato Community Informatics Conference**, 2013.

MENEZES, Cleice de Souza; TENAGLIA, Monica. Arquivos Comunitários: mapeando uma abordagem conceitual. *In*: CURVO, Isabela Sousa, CURVO, Luiz Felipe Sousa e SANTOS, Maria Luiza Lucas dos (orgs.) **Ciência da Informação, Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: a perspectiva social em foco.** Rio de Janeiro, Zume, 2021.

OLIVEIRA, Adolfo Samyn Nobre de. **Cerzindo a Rede Memória: estudo sobre a construção de identidade no bairro Maré.** 2003. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

SILVA, Cláudia Rose Ribeiro da. **Maré: a invenção de um bairro.** 2006. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.